

O PEDAGOGO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESAFIOS
E POSSIBILIDADES NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULO: UM ESTUDO DE CASO
EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DO DISTRITO DE BELÉM/PA

THE PEDAGOGUE IN SOCIAL ASSISTANCE, CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN THE SERVICE OF
LIVING AND STRENGTHENING BINDING: A CASE STUDY IN A REFERENCE CENTER FOR SOCIAL
ASSISTANCE IN THE DISTRICT OF BELÉM / PA

Bruna Fernanda Pacheco Pereira da Silva¹

RESUMO: A pesquisa objetivou identificar os desafios e as possibilidades que ocorrem no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado em um Distrito de Belém-PA. A coleta de dados foi realizada in loco através de pesquisa bibliográfica, retirando as informações referentes as atividades desenvolvidas dos relatórios disponibilizado pelo Centro de Referência de Assistência Social no período de março a dezembro de 2016, além de questionário aberto direcionado à Pedagoga que atua no referido Centro. Concluiu-se que a pedagoga do Centro consegue transformar as dificuldades em possibilidades dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e que a educação em espaço não formal tem contribuído para diminuição da vulnerabilidade social já que os usuários do serviço estão tendo oportunidade de participar de práticas pedagógicas que contribuem para sua formação enquanto sujeito. Contudo também notamos a necessidade de capacitação, investimentos e um olhar mais sensível para a formação do profissional da pedagogia que atua na área.

Palavras-chave: Pedagogia Social; SCFV; Desafios e Possibilidades.

ABSTRACT: The research planned to identify the challenges and possibilities that occur in the Coexistence and Strengthening Service (SCFV) at the Social Assistance Reference Center (CRAS), located in a district of the city of Belém in the state of Pará. the data collected was carried out in person, through bibliographic research, appropriating the information related to the activities developed from the reports made available by the Social Assistance Reference Center from March to December 2016, an open questionnaire was also applied to the Pedagogue that operates in the referred Center. It was concluded Pedagogue the Center's team manages to transform the difficulties into possibilities within the Service of Coexistence and Strengthening of Bonds, it is also observed that education in non-formal space has contributed to the reduction of social vulnerability since the users of the service are having opportunity to participate in pedagogical practices that contribute to their training as a subject. However, there is also a need for training, investments and a more sensitive look at the training of pedagogical professional working in the area.

Keywords: Social Pedagogy; SCFV; Challenges and Possibilities.

¹ Licenciada em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário do Estado do Pará (2010), Pedagoga pela Universidade de Santo Amaro (2014), Especialista em Educação Diversidade e Inclusão Social (2014), Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (2017), Especialista no Ensino de Biologia pela Faculdade Dom Alberto (2018), Especialista em Ensino de Ciências com Ênfase em Física pela UFPA (2019). Mestranda em Ensino pela UNIVATES (2020). [brunafernandapp@gmail.com]

INTRODUÇÃO

A educação é um processo contínuo de aquisição de conhecimento, que pode ocorrer em diferentes espaços, sendo ele escolar ou não, o qual devemos considerar que independente do local o objetivo é sempre o mesmo, desenvolver valores sociais e formar para cidadania.

Desta forma as práticas pedagógicas podem ser desenvolvidas através de ações dentro da Assistência Social, onde segundo Libâneo (2007) a vida social, política econômica e cultural, espaços de convivência social na família, nas escolas, nas fábricas, na rua e na variedade de organizações em instituições sociais, formam um ambiente que produz efeito educativo.

A educação por si só já transforma, porém, a educação para transformação social possibilita a compreensão de ser ator social, ou seja, estimula o sujeito a sentir-se parte do coletivo, fazendo que ele passe a compreender seu papel enquanto ser social e político, a reconhecer o outro também como sujeito, a compartilhar desejo, a identificar suas potencialidades e fragilidades.

A pedagogia social visa desenvolver ações educativas que possibilitem amenizar os conflitos sociais existentes, bem como fortalecer os vínculos que se encontrem fragilizados. É nessa perspectiva que Silva e Santos (2013, p.4) enfatizam que:

A demanda por uma formação que ultrapasse o limite da atuação nas escolas demonstra a importância em se estudar as possibilidades de atuação dos pedagogos nos diversos setores das políticas públicas, tanto de educação como de assistência social, saúde, dentre outras áreas.

Mas de que forma as Práticas Pedagógicas vêm contribuindo para participação ativa dos usuários no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo como mecanismo de prevenção da vulnerabilidade social?

As Práticas Pedagógicas devem propiciar momentos de reflexão/ação, construindo assim, um espaço de interação sociopedagógica. Dessa maneira é necessário identificar a prática sociopedagógica desenvolvida no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e refletir sobre sua importância dentro do contexto assistencial, bem como identificar de que maneira o Pedagogo que atua na área vislumbra a educação como mecanismo de transformação social.

AÇÃO SOCIOPEDAGÓGICA

Para falar sobre as práticas pedagógicas na área da Assistência Social é bom entender como ocorreu a inserção da educação em espaços não escolares ao longo dos anos. Segundo Cruz (2009, p.805) apud Silva (2003):

O curso de pedagogia estruturou-se em 1939, instituído, pelo decreto-lei nº1190 de 4 de abril, que causou polêmica em sua origem, pois era um curso que não dispunha de um mercado profissional que o recebesse, formavam-se pedagogos, mas esses, não tinham campo de trabalho para atuar.

Aquino e Saraiva (2011) destacam que em atendimento à Lei nº. 4.024/61, constituída a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, resultou em uma nova regulamentação do Curso de Pedagogia, sendo aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1962. Dessa forma a Licenciatura em pedagogia é abolida,

permanecendo apenas o Bacharelado, de acordo com o Parecer Conselho Federal de Educação 251/62.

No ano de 1969, a Reforma Universitária exige algumas mudanças, através do Parecer 252/69, que segundo Cruz (2009, p.807):

O Parecer 252/69, de 11 de abril de 1969, do Conselho Federal de Educação, propõe uma reflexão sobre como a lei 5540/68 se remete ao curso de pedagogia, suas mudanças, nas quais transforma o curso composto por base comum e parte diversificada, e relata que a partir desse momento a formação dos profissionais da educação far-se-ia em nível superior.

Várias foram as reformas no curso de pedagogia ao longo dos anos, tais como Lei de Diretrizes e Bases do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 5692/71, Resolução, nº 70/76, Portaria nº 541 de 22/06/1978. Contudo, visando delimitar a formação dos técnicos em Educação com funções bem específicas para atender as demandas do mercado de trabalho, em dezembro de 1996 é aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Aquino e Saraiva, 2011).

Segundo Cruz (2009) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 definiu o curso Normal Superior como uma das instâncias formadoras de educadores, na educação infantil e séries iniciais, nesse momento há o retorno das discussões sobre a identidade do Pedagogo.

Desde a emergência do Curso de Pedagogia até os dias atuais, a profissão do pedagogo vem assumindo historicamente várias configurações, seja como especialista em educação com habilitações técnicas diversas, seja como um docente, assumindo a postura de professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (Aquino e Saraiva, 2011, p.251).

Independente de onde atue, o pedagogo visa desenvolver ações educativas, porém o pedagogo social possibilita ações que visam amenizar os conflitos sociais, bem como fortalecer os vínculos que se encontrem fragilizados. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013, p.25):

A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias.

A sócioeducação tem como foco formar seres críticos e reflexivos, capazes de construir e reconstruir sua história de vida, dando uma ressignificação ao meio social que vivem. Onde para Santos et al (2011) este trabalho transformador permite que as relações sociais possibilitem um contexto de trocas de saberes que tragam consigo atitudes que criam e recriam as ações ao nosso redor.

Dessa forma, trabalhar educação com proposta inovadora direcionada a transformação social e pessoal, faz com que as práticas pedagógicas promovam uma nova concepção de sujeito e da sua valorização. Segundo Coffferri e Nogaró (2010, p.9):

Espaço para que seja possível a reflexão crítica da cultura, podendo realizar-se em espaços formais (oficiais, organizados para esse fim) e não formais (em que

a aprendizagem se dá por meio da prática social: o aprendizado ocorre por meio da vivência, não necessariamente por conteúdos previamente sistematizados).

Por esta razão podemos considerar que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social também se faz um importante aliado na construção e aquisição do pensamento reflexivo.

Para Pereira (2013) a Pedagogia Social é como uma resposta às demandas emergentes, por meio de práticas educativas e políticas públicas mais humanizadas que atendem às questões sociais como a pobreza, o uso de drogas, o abandono, a violência, entre outras.

Segundo as Orientações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, as ações de proteção social básica organizam-se em torno do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). De acordo com o Manual de Orientação do Centro de Referência de Assistência Social (2009, p.9):

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e Distrito Federal. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social.

Segundo Orzechowski et al (2014) a ideia subjacente é a de que a educação ocorre em vários espaços, onde o pedagogo pode conquistar e delinear seu lugar de atuação desde que compreendida sua intervenção pedagógica.

O CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIAL SOCIAL E A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA TRANSFORMAÇÃO

A Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009, no seu Art. 1º. Organiza os Serviços Socioassistenciais por níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social, nos quais são a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. O Centro de Referência de Assistência Social está inserido na Proteção Básica e possui os seguintes serviços:

1. Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Segundo o Política Nacional de Assistência Social (2005, p.92):

O Centro de Referência de Assistência Social destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), segundo Ministério do Desenvolvimento da Saúde (2013) é o Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Evidenciar as especificidades das ações e refletir sobre os pressupostos da articulação entre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é algo essencial nesse momento, sobretudo se considerarmos que nos últimos anos ambos os serviços têm se tornado referência na garantia de proteção social (Brasil, 2016, p.5)

Os encontros dos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos devem ser regulares a fim de manter a característica do serviço, que é o de fortalecer os vínculos sociais e comunitários dos indivíduos, que por alguma razão se encontrem fragilizados. Segundo Brasil (2016, p.13):

A fim de complementar o trabalho social com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo (PAEFI), há o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que também compõe a proteção social básica, com vistas a prevenir a ocorrência de situações de risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Para Pereira (2013) a Proteção Social Básica é composta por um conjunto de projetos, serviços, programas e benefícios de assistência social estruturados, para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

A pesquisa se desenvolveu em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado em um Distrito da Cidade de Belém -PA, onde a coleta dos dados ocorreu *in loco* através de pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. As informações a respeito das atividades desenvolvidas foram retiradas dos relatórios disponibilizado pelo Centro no período de março a dezembro de 2016. Também foi aplicado questionário aberto à Pedagoga que atua no Serviço de Convivências e Fortalecimento de Vínculos.

A equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é composta por um Técnico Pedagógico, três Educadores Sociais e um Professor de Educação Física. O Serviço insere em os usuários por faixa etária, separados em crianças de até 06 anos, crianças e adolescentes de 07 a 14 anos, adolescentes de 15 a 17 anos, adultos de 18 a 59 anos e idosos com mais de 60 anos (Gráfico 01).

Podemos perceber que todos os grupos apresentam frequência regular (exceto a faixa etária de 15 a 17 anos, que se fez presente somente no mês de março). A frequência regular é considerada um ponto positivo no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Para Alves *et al* (2011) a criança e o adolescente são os mais prejudicados devido a exclusão do sistema social, pois, estão no processo de formação de personalidade e conceito de valores.

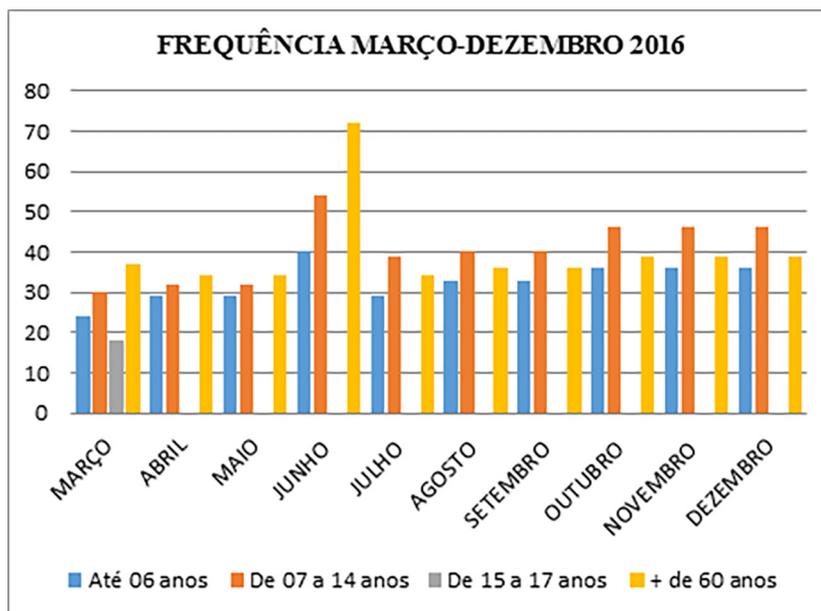


Gráfico 01. Frequência Usuários de SCFV.

Fonte: Autor, 2016.

Dessa maneira, a educação informal tem contribuído no desenvolvimento da capacidade sociocognitivas dos usuários ao longo das atividades sociopedagógicas, isto é, converte as relações sociais em conhecimento, além de mantê-los afastado dos momentos de vulnerabilidade social.

AS POSSIBILIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

No mês de abril de 2016 ocorreu a mudança do quadro funcional, com apresentação de nova Técnica Pedagógica. Na oportunidade realizou-se o planejamento anual junto com a Educadora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos, baseado em datas comemorativas e eixos temáticos que a rede de assistência social aborda. Contudo, em seu relato a educadora destaca algumas problemáticas:

A evasão das crianças e a falta de materiais para dinamizar as atividades. Os Educadores necessitam de uma formação que ajude a estimular mais os usuários, além da falta de material pedagógico e recurso áudio visuais, que também agravam a dinamização das atividades do SCFV (Relatório do mês de abril, 2016, p.6).

Nesse momento é possível perceber a fragilidade na oferta do serviço, pois existe a necessidade de recurso material para atender a execução das atividades propostas no planejamento. A aquisição de material didático básico é importante para garantir o mínimo de qualidade na execução das atividades ofertadas pelo Serviço, visto que atividades práticas quando desenvolvidas com qualidade são grandes aliadas para garantir a frequência de seus usuários.

É importante frisar que as crianças permanecerão no Serviço por um longo período, dessa forma é necessário se reinventar a cada ano, pois atividades repetitivas

como as de datas comemorativas, sem a necessária dinamização acabam contribuindo para o processo de evasão. A falta de formação continuada para os educadores também é uma problemática a ser considerada dentro do Serviço, pois profissionais sem a capacitação necessária para atuar na área da assistência acabam contribuindo para o processo de evasão dos usuários, já que não conseguem dinamizar suas práticas metodológicas.

Não podemos esquecer que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo é voltado para o social, mas tem cunho educativo, e assim como nas escolas, esse processo não pode ser mecânico.

Para Pereira (2013) a Pedagogia Social se insere nesse contexto que vai além da escola, da sala de aula, uma vez que a sociedade moderna apresenta demandas socioeducacionais que extrapolam os limites formais e regulares. Para que de fato a sócioeducação aconteça se faz necessário garantir o mínimo de estrutura para que o serviço seja realizado com a qualidade que a Assistência Social exige.

No mês de maio as atividades se desenvolveram em torno do dia das mães, onde segundo o Relatório de Maio (2016, p.9):

Trabalhamos por meio de diálogos, desenhos, pinturas dos vários tipos de famílias e o papel das mães na sociedade, a importância do afeto para a construção da personalidade e a confecção de uma rosa para ser ofertada às mães dos usuários.

Para Aquino e Saraiva (2011) a educação não formal pode ser compreendida como uma atividade intencional, mas com baixa estruturação e sistematização, que implica relações pedagógicas sem formalidade.

Ao desenvolver diálogos sobre as diferentes famílias o Serviço está mostrando que não há um padrão de família na sociedade, mas que a família é aquela unida por laços afetivos, independentemente de sua composição. Quando abordam a temática sobre o papel das mães na sociedade, está demonstrando que esse papel não se limita apenas a criação de seus filhos, mas de sua importância na construção da sociedade em que vivem, valorizando-as. Ao tratar sobre o afeto no seio familiar é possível incentivar as relações saudáveis de convivência que contribuem para o fortalecimento dos vínculos familiares.

Já o Grupo da Melhor Idade foi ofertado Oficina de Dança ensaiando o ritmo carimbó, além do ensaio da peça “Trajetória Divina”, a qual tratava sobre o aleitamento materno, cuja apresentação ocorrera no dia 20/06/2017, no próprio Centro de Referência de Assistência Social, o tema da palestra foi “os direitos do nascituro”. Também foram desenvolvidas atividades de artesanato (técnicas de pintura em molde vazado) e atividades desportivas para o equilíbrio do organismo.

Atividades de dança, teatro e desportivas contribuem para o fortalecimento corporal, cerebral e social, pois permite a interação dessas áreas. Já a produção de artesanato auxilia a memória e concentração, estimulando as estruturas cognitivas dessa faixa etária.

No mês de maio, houve a necessidade de adiar a programação do Baile das Flores que seria mês de junho somente para setembro, devido à falta de material para confecção da ornamentação do espaço e dos vestidos para o grupo da melhor idade. Contudo no mesmo mês foram realizados encontros com os grupos do Serviço sobre

o Combate ao Trabalho Infantil, cada faixa etária participou de uma atividade diferenciada.

A falta de investimento na execução das atividades acaba alterando o planejamento do Serviço, pois não há como desenvolver as atividades sem o material necessário. Porém a equipe consegue inserir atividades alternativas, evitando a estagnação do Serviço.

Para a faixa etária de 03 a 07 anos e seus familiares, fora apresentado o vídeo “O SuperECA da rádio margarida”, onde ao final, os usuários foram incitados a falar sobre o vídeo através de perguntas, o que permitiu a exposição de falas significativas sobre a incidência do Trabalho Infantil, conforme relato no Relatório Junho (2016, p.8)

No mês de julho vemos muitas crianças nas praias vendendo shop, bombom, tapioca, pipa, etc. Familiares também puderam contribuir com suas falas “eu trabalhei quando era criança, mas era pra ajudar meus pais, agora meus filhos nunca deixei fazer nada, e aí minha filha de 16 anos tá grávida e os vizinhos, parentes ficam falando, isso que dá não ter colocado ela pra fazer alguma coisa, agora tá aí”.

Pra concluir, a partir de um gibi da turma da Mônica que trata sobre os direitos e deveres da Criança e do Adolescente, as técnicas ressaltaram a diferença entre o trabalho considerado doméstico e o trabalho infantil, e quais as atividades adequadas que crianças e adolescentes podem realizar dentro do ambiente familiar.

Já para a faixa etária de 08 a 14 anos, fora apresentado o filme “Crianças invisíveis: Bilu e João” que demonstra o Trabalho Infantil. Após o filme os usuários foram estimulados a responder algumas perguntas, tais como: quais os personagens do filme? O que eles fazem? Por que fazem? Será que é porque gostam? Você já viu ou tem visto alguma criança ou adolescente trabalhando? Em seguida fora apresentado também o vídeo SuperECA, o qual fala sobre os direitos e deveres da criança e adolescente, assim como as formas de denunciar os casos de Trabalho Infantil.

Para a faixa etária da Melhor Idade, fora realizado um encontro que contou com depoimentos extraídos do II Workshop de Combate ao Trabalho Infantil, organizado pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SE-ASTER), onde as idosas expuseram suas opiniões em relação ao assunto, conforme relato a seguir:

As leis e autoridades são é a favor dos adolescentes que roubam e matam. Antes, se trabalhava e ninguém morria por isso, e da minha família todos são pessoas do bem e ninguém virou ladrão. Hoje, ninguém trabalha e não querem saber de estudar e nem respeitar os mais velhos e nem os pais (Usuário do Serviço, Relatório Maio, 2016, p.9).

Ao abordar a temática sobre Combate ao Trabalho Infantil o Serviço está contribuindo para compreensão dos sujeitos quanto ao seu papel na proteção das crianças e adolescentes da sociedade a qual fazem parte. Além de mostrar para a própria criança e adolescente que ao realizar esse tipo de trabalho ele está tendo seus direitos violados.

É importante ressaltar que destacar a diferença entre trabalho infantil e serviço doméstico contribui para o entendimento que ajudar nas tarefas de casa é uma

maneira de socialização e transmissão de conhecimento, além de fortalecer o sentimento de cooperação e responsabilidade.

No mês de junho, após reunião com os familiares dos usuários participantes do Serviço, fora realizado o lazer no horário da manhã no Balneário localizado no próprio Distrito, com a participação dos grupos das faixas etárias de 03 a 14 anos. Para o grupo da melhor idade, o lazer fora no Balneário Santa Rosa, localizado na estrada de Vigia.

O lazer é mecanismo importante para contribuir na qualidade de vida, pois é um importante aliado ao combate do estresse, além de ajudar no processo de socialização do indivíduo. Fortalece a integração entre os grupos, criando laços de respeito e afetividade, bem como sua colaboração para o processo de envelhecimento ativo dos idosos.

Ainda no mês de junho de 2016, foram realizadas atividades voltadas para festa junina tais como: oficinas para a ornamentação do salão, confecção de bandeirinhas, pães, balões, ensaios de quadrilha e casamento na roça.

No dia do evento, a concentração e saída da atividade do casamento na roça ocorreram em um Campo de Futebol, seguindo para o espaço do Centro de Referência de Assistência Social, onde ocorrera a apresentação da quadrilha e da MISS, brincadeiras, distribuição de mingau, bolo e refrigerantes.

Em relato, a equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos disse que apesar das dificuldades em relação aos materiais e recursos, eles conseguiram fazer uma festa animada, com a participação e colaboração de muitos usuários, de seus familiares e da comunidade que abrilhantaram a festa (Relatório Junho, 2016, p. 9).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) a educação é um processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam conhecimentos e valores.

A participação dos usuários no processo de construção das atividades o qual farão parte estimula o espírito de cooperação, além de torná-los sujeitos ativos, acaba incentivando-os a participar, com mais entusiasmo, da atividade o qual ajudaram a construir. Esse processo de valorização cultural contribui na construção da identidade cultural dos usuários, consolidando sua identidade e construindo a cidadania.

No mês de julho, como o Distrito é considerado um Balneário, as pessoas vivem da renda do turismo local e do trabalho informal, muitos dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos se ausentam das atividades para ajudar sua família. Dessa forma, a equipe pensou em uma estratégia que atingisse a todos, cujo tema escolhido foi “Educação Ambiental”, em parceria com o corpo de bombeiros e seu grupo de escoteiros, além de atividades de Karatê e inglês básico.

Para todas as faixas etárias, fora realizada oficina de inglês básico, ministrando as letras do alfabeto da língua inglesa, o verbo *to be* e o nome dos animais. As aulas eram interativas e voltadas para a temática ambiental, onde utilizou-se vídeos, músicas e confecção de cartazes, cujo objetivo foi o de aprender sobre como preservar e reconhecer a importância de cuidar do meio ambiente.

Abordar a temática ambiental de forma interdisciplinar contribui para a valorização do meio ambiente, além de incentivar os usuários a busca de novos conhecimentos como é o caso da língua inglesa.

A oficina de karatê foi direcionada para as crianças de 03 a 08 anos e para o grupo da melhor idade, já para a faixa etária de 08 a 14 anos fora ministrado MMA (Mixed Martial Arts) ambas atividades com objetivo de entender a importância da disciplina, os principais golpes dessa arte marcial, além de favorecer o movimento corporal.

Atividades que exigem disciplina e concentração contribuem para o desenvolvimento saudável do cérebro, além de incentivar seus praticantes a necessidade de compreender as regras para convivência harmoniosa.

A culminância das atividades do mês de julho ocorreu com uma Trilha Ecológica localizada no próprio Distrito, cujo objetivo fora estreitar o contato dos usuários com o ambiente natural. O contato com a natureza é importante para o desenvolvimento da saúde, bem como a compreensão de sua importância para o mundo em que vivemos.

O segundo momento aconteceu no espaço do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) onde todos os grupos do Serviço participaram de uma manhã de lazer e integração através de gincana onde as equipes tinham que realizar atividades como, responder o nome dos animais em inglês, demonstrar os golpes marciais que aprenderam entre outros.

É essencial que as atividades desenvolvidas nesses encontros sejam planejadas e considerem os eixos norteadores do serviço - convivência social, direito de ser e participação, a fim de que efetivamente criem situações desafiadoras para os usuários e os estimulem, bem como os orientem, a construir e reconstruir as suas histórias e vivências individuais e coletivas (Brasil, 2015).

Podemos perceber que as atividades desenvolvidas estão em consonância com o Manual de Orientações do Centro de Referência de Assistência Social, buscando a integração na vivência social e comunitária. O processo de interação social é de extrema importância, pois trata-se de condição indispensável para o desenvolvimento do ser humano.

Em agosto de 2016, foi trabalhado o tema “O Respeito às Diferenças” que gerou para a faixa etária de 0 a 6 anos o subtema “Respeito”, sendo desenvolvidas atividades que conceituaram o respeito, além de vivenciá-lo através de dinâmicas e rodas de conversas.

Para a faixa etária de 07 a 14 anos o subtema foi “Disciplina” onde desenvolveu-se atividades que conceituaram o tema nas quais os usuários puderam compartilhar suas vivências, além de enriquecer o debate com exemplos. Também tiveram a oportunidade de trabalhar a disciplina nos jogos de tênis de mesa, xadrez, dama e futebol onde aprenderam as regras das modalidades, demonstrando como a disciplina ajuda a ter sucesso nas tarefas cotidianas.

O grupo dos idosos ficou com o subtema preconceito e trabalhou atividades de teatro, produzindo uma peça teatral na qual o Saci era o personagem que sofria com a discriminação. É nessa perspectiva que Silva e Santos (2013, p.7) enfatizam que:

O contexto social exige uma série de profissionais comprometidos com um futuro projeto de transformação social. O pedagogo como profissional da educação também pode se inserir neste contexto, atuando com seus conhecimentos em educação para trabalhar a questão social.

Abordar temas pontuais como o que foi tratado no mês de agosto não contribui apenas para o desenvolvimento pessoal dos usuários, mas com a construção da sociedade, pois esse conhecimento será transmitido ao longo das gerações, uma vez que esse é o papel da educação.

As atividades do mês de setembro foram voltadas para o desfile que ocorre no referido mês, na oportunidade foi trabalho o tema respeito às diferenças por meio de dinâmicas, rodas de conversar com os usuários de 0 a 6 anos. As crianças puderam vivenciar os conceitos de respeito ao próximo, o espírito olímpico e a cultura de paz por meio de jogos e brincadeiras o que culminou no 1º Jogos Internos do Centro de Referência de Assistência Social onde os usuários desse grupo participaram na modalidade estafetas, onde o percurso é realizado por vários elementos de uma equipe.

A faixa etária de 07 A 14 anos desfilou apresentando o tema Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Ao longo do mês os usuários desenvolveram o tema obediência e disciplina por meio de rodas de conversas, vídeos, dinâmicas e montaram uma peça teatral a partir da vivência dos mesmos, na abertura do 1º Jogos Internos do Centro de Referência de Assistência Social a peça foi estreada e envolvia assuntos desde a desobediência aos pais até problemas com a lei do Estatuto da Criança e Adolescente.

Na modalidade dos jogos o grupo pode participar de futebol, tênis de mesa, dama e xadrez, onde os jovens demonstraram que aprenderam sobre regras e respeito para uma boa convivência e a construção de uma cultura de paz.

A assistência social centra esforços na prevenção e enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco sociais, por meio de intervenções territorializadas e com foco nas relações familiares e comunitárias (Ministério do Desenvolvimento Social, 2009).

O grupo da melhor idade no desfile de 07 de setembro apresentou na avenida as atividades que o grupo realiza como: dança, artesanato, teatro educação física representaram o tema das olimpíadas com os arcos e as modalidades. Na abertura do 1º Jogos Internos do Centro de Referência de Assistência Social o grupo de dança pode apresentar a “Dança das três Raças” uma forma de valorizar a diferença entre os povos.

Percebe-se que há uma articulação no desenvolvimento das atividades ao longo dos meses, e tudo que foi trabalhado no ano pode ser exposto para a sociedade no desfile de 7 de setembro. O que tem grande valia, pois os usuários notam que seus esforços na construção das atividades propostas podem ser utilizados para sensibilização da sociedade.

No mês de outubro, por ser comemorado o dia das crianças, as atividades da faixa etária de 0 a 06 anos foram pautadas no estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio de roda de conversa onde foi destacado os direito e deveres das crianças, que culminou na confecção de uma árvore de palavras, onde era perguntado para as crianças o que faltava para elas terem seus direitos respeitados.

Para as crianças de 07 a 14 anos também foram realizadas atividades sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde fora ministrado palestras por dois estagiários do serviço social do Centro de Referência de Assistência Social. Realizou-se a parceria como o posto de saúde que na ocasião enviou uma equipe para palestrar sobre higiene bucal e aplicação de flúor. Nos demais dias de foram realizadas atividades de desporto como tênis de mesa, futebol e vôlei.

Abordar o Estatuto da Criança e do Adolescente para os usuários contribui para o entendimento não só de seus direitos, mas também de seus deveres na sociedade o qual fazem parte. Incentivando-os a construção de uma sociedade justa e igualitárias, pois serão capazes de lutar pelos seus direitos. A parceria realizada com o posto de saúde é de grande importância para o Serviço, já que este deve ser intersetorial.

A atividade do grupo das idosas foi desenvolvida através de exercícios aeróbicos, além de ter realizado estudo e ensaio do ritmo do carimbó e sua origem advinda dos negros, no artesanato foram aplicadas as técnicas de pintura em tecido. A prática de atividades físicas contribui para o envelhecimento saudável. Estudar a cultura afrodescendente incentiva sua valorização na sociedade.

Ao final do mês fora realizado um dia de lazer das idosas em uma praia do próprio Distrito. Para o grupo das crianças houve entrega de presentes além de apresentação realizada pelo grupo de teatro da peça infantil “Se essa rua fosse minha” e “A menina e a figueira”, cujo objetivo fora o de integração possibilitando a sociabilidade entre as diferentes faixas etárias.

O processo de interação entre as diferentes faixas etárias contribui para o processo de socialização, desenvolvimento do respeito ao próximo e compartilhamento de saberes, já que o desenvolvimento social não se limita ao convívio familiar.

OS DESAFIOS DO PEDAGOGO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS

Com base nos dados dos Relatórios do Centro de Referência de Assistência Social 2016, podemos perceber que é possível desenvolver atividades pedagógicas voltadas para a integração social, contudo se fez necessário a realização de oito perguntas abertas para a Técnica Pedagógica, a fim de saber quais os desafios para quem atua na área da pedagogia social.

1. Qual o objetivo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

O SCFV é um serviço da assistência social que tem por objetivos garantir os direitos de crianças e adolescentes que vivem em vulnerabilidade social, promovendo o acesso à educação, cultura, esporte e lazer, bem como resgatar os vínculos afetivos e familiares por meio da política de assistência social.

2. Como você vê a Educação a Serviço da Transformação Social, isto é, de que forma a educação contribui para a Transformação Social?

A educação tem vários vieses, no serviço da assistência social, ela é uma educação dita como “não formal” (não conteudista), está voltada para a construção do pensamento crítico reflexivo de crianças e jovens que passam a problematizar sua realidade. A contribuição da educação no serviço social é levar crianças e adolescentes a serem autores de sua própria história.

3. Você considera que a educação não formal é uma alternativa para amenizar a fragilidade dos vínculos que se encontram rompidos? Por que e de que forma?

Sim, pois a educação não formal parte da realidade que o sujeito está inserido, sua história, seus conhecimentos prévios, além de levar o indivíduo a uma tomada de consciência da sua própria existência. Ao entender melhor seu contexto social por meio de atividades críticas reflexivas, o mesmo deixa de se ver como

vítima e passa a ser construtor de uma nova realidade, perdendo e entendendo situações que levaram a vulnerabilidade.

4. A Secretaria de Assistência fornece o suporte necessário para que as atividades sejam desenvolvidas? Explique:

Sim, porém chega a ser mínimo o suporte oferecido frente a demanda apresentada nos serviços, falta material pedagógico, os equipamentos áudios visuais quando existem estão sucateados e ultrapassados, não há uma formação continuada para os educadores sociais para que possam reciclar suas práticas pedagógicas e tornarem suas atividades mais estimulantes e atrativas. Infelizmente muitos coordenadores que administram os centros de referências não procuram articular a rede de assistência para que as famílias possam ter mais acesso a serviços que os Centro de Referência de Assistência Social não oferecem.

5. Existe formação continuada para o Técnico Pedagógico?

Não, porque dos cursos e palestras dos quais participei nesse período de um ano que estou atuando na área da assistência não foram direcionados aos pedagogos e sim aos assistentes sociais, pois foram temas que tratavam de como melhorar e ampliar a política da assistência social, mas nada voltado ao trabalho realizado nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo onde atuam os pedagogos.

Há necessidade de definir o papel do pedagogo na assistência social, eu participei de um grupo formado por pedagogos da instituição (iniciativa da própria categoria) para discutirmos e pensarmos numa melhor forma de atuação do profissional da área nos Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A proposta era criar uma especialização para oferecer essa formação continuada, contudo, o grupo permanece parado.

6. Existe planejamento para a execução das atividades? Com que frequência é realizada?

Sim, semanalmente planejamos sobre as atividades, contudo, temos que adaptar para realidade do Centro que é a falta de material pedagógico básico.

7. Quais as principais dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das ações pedagógicas voltadas para prevenção da vulnerabilidade social?

Falta de material pedagógico, material audiovisual, educadores mais entusiasmados e qualificados, melhor articulação da rede para encaminharmos casos específicos, bem como, uma equipe de psicólogos, assistente social, pedagogo que cubra a demanda do centro.

8. Deixe algum comentário que considera importante ser destacado. Caso exista, fique à vontade de fazê-lo:

O papel do pedagogo na assistência social precisa se desvincular do papel do assistente social, existe a necessidade de definir atuação pedagógica voltado para uma “educação não formal”. Esse conceito é recente nas instituições acadêmicas e quase desconhecido por pedagogos que atuam na assistência social, pois o que percebo é que foi duplicado nos Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos o cumprimento de um calendário de datas comemorativas mais do que uma formação crítica reflexiva.

De acordo com a resposta da *1ª pergunta*, notamos que a pedagoga que atua no Centro de Referência de Assistência Social compreende que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem um papel não somente educacional, mas também social, interferindo de forma direta na vida dos usuários do serviço.

É importante considerar que, à medida que os profissionais que atuam no serviço conhecem e fortalecem vínculos com os usuários, adquirem maiores condições de propor atividades das quais os usuários participem efetivamente (Brasil, 2016).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (2006) para o curso de Pedagogia em seu 5º artigo, diz que o Pedagogo deve trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo. Dessa maneira a Pedagogia Social, *para o social e pelo social* vai se delineando, em uma dimensão sociocultural e socioeducativa (Orzechowski *et al*, 2014).

Nesse sentido, notamos que a *resposta nº 02* enfatiza bem esse aspecto de aprendizagem, já que o Centro de Referência de Assistência Social é considerado um espaço de aprendizagem não escolar, tendo a assistência social como uma modalidade do processo educativo que visa emancipar seus sujeitos.

Segundo Orzechowski *et al* (2014) a Pedagogia é social e deve ser. É nesse sentido que a resposta da *3ª pergunta* se fortalece, uma vez que a educação não formal que é desenvolvida dentro do Centro tem atingido diretamente a ressignificação da história dos usuários do serviço, através da construção de novos vínculos e valores que se encontravam fragilizados.

Embora seja possível a realização de uma educação não formal sociopedagógica, notamos que ainda existe uma fragilidade no serviço, pois de acordo com a resposta da *4ª pergunta*, além da falta de material, a falta de articulação não tem garantido aos usuários serviços que estão fora da competência do Centro de Referência de Assistência Social, haja vista que o CRAS é apenas a porta de entrada para área da Assistência Social, havendo a necessidade, em alguns casos, de articulação com a área da saúde e educação.

Conforme a resposta da *5ª pergunta*, notamos que não há formação ou treinamento para os pedagogos que atuam no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O quem vem dificultando o trabalho desses profissionais, já que o foco é a melhoria e ampliação da política de assistência social, isto é, a educação para formação social, crítico e reflexiva têm ficado em segundo plano quando o assunto é Política de Assistência Social.

Não podemos esquecer que cada serviço da Proteção Social Básica tem um papel fundamental na garantia dos direitos dos seus usuários, dessa forma, olhar para os serviços do Centro de Referência de Assistência Social apenas com objetivo de ampliação da política de assistência social, deixa lacunas para que as famílias atendidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tornem-se e/ou continuem vulneráveis.

O planejamento tem possibilitado que as atividades sejam realizadas de acordo com a realidade vivida pelo Centro de Referência de Assistência Social, conforme a resposta da *6ª pergunta*. O que tem sido uma importante ferramenta para que o trabalho se desenvolva com a qualidade mínima necessária, uma vez que este tem sido desenvolvido com toda a equipe que atua no serviço.

A falta de investimento em materiais pedagógicos que atendam as necessidades de execução das atividades tem dificultado o trabalho da equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme a resposta da 7ª pergunta.

Embora exista um esforço da equipe em realizar atividade que busquem a emancipação dos sujeitos que frequentam o Serviço, percebemos que na resposta da 8ª pergunta, nem todas as atividades são totalmente de cunho crítico reflexivo, que auxilia no enfrentamento da vulnerabilidade a qual o usuário possa se encontrar, com bem destacou a Técnica Pedagógica. É notório que ainda existe a necessidade de compreender a educação não formal como peça importante na diminuição da vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise dos dados obtidos nos relatórios do Centro de Referência de Assistência Social no ano de 2016, notamos que a equipe do referido Centro consegue transformar as dificuldades em possibilidades dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A educação em espaço não formal tem contribuído para a diminuição da vulnerabilidade social, já que esses usuários estão tendo oportunidade de participar de práticas pedagógicas que contribuem para sua formação enquanto sujeito.

Contudo também notamos a necessidade de capacitação, investimentos e um olhar mais sensível para a formação dos profissionais da pedagogia que atuam na área, bem como para o próprio objetivo do Serviço, que em alguns momentos se perde dentro da própria assistência social.

Portanto, deve-se reconhecer a educação em espaço não formal como transformadora e como mecanismo de diminuição da vulnerabilidade social, com investimento necessário para que se alcance o objetivo real do Serviço. Pois, dessa forma os sujeitos envolvidos poderão recuperar os vínculos que tenham sido fragilizados, ressignificando a vida dessa família a qual é atendida pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, além de fornecer o conhecimento necessário para a formação de sujeitos críticos reflexivos capazes de construir/reconstruir sua própria história.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, M. A.; CRUZ, V. A.; SANTOS, J. R. C. A atuação do pedagogo na organização e execução de projetos socioeducativos em uma fundação no município de Paracatu/Minas Gerais. *IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino*, p. 197-440. 2011. Disponível em: <http://cepedgoias.com.br/edipe/ivedipe/pdfs/didatica/co/197-440-1-SM.pdf>. Acesso em 17/08/2020.

AQUINO, S. L. de; SARAIVA, A. C. L. C. O pedagogo e seus espaços de atuação nas representações sociais de egressos do curso de pedagogia. *Educação em Perspectiva*, v. 2, n. 2, p. 246-268, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/20093/artigo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 17/08/2020.

BRASIL, Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. *Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia*. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 20/07/17.

_____. Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*, p. 1-36. 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Cartilha_PAIF_1605.pdf. Acesso em 17/08/2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação.

Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretoria de Currículos e Educação Integral*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. ISBN: 978-857783-136-4.

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social*, 2005.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Brasília – DF, 2013. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/.../tipificacao.pdf. Acesso em 20/072017.

COFFERRI, F. F.; NOGARO, A. A. Competências do pedagogo como educador social - promovendo o desenvolvimento psicossocial do ser humano. *Perspectiva, Erechim*. v.34, n.128, p. 7-21, 2010. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/128_134.pdf. Acesso em 17/08/2020.

CRUZ, M. S. da. A história da formação de pedagogos no curso de pedagogia: um debate identitário. *IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*. p. 804-817. 2009. Disponível em : https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/1918_979.pdf. Acesso em 17/08/2020.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* Cortez. São Paulo, 2007.

MDS. Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. – 1. Ed. 72 p. 2009. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=38897072>. Acesso em 19/03/2017.

ORZECZOWSKI, S. T.; MACHADO, E. R.; OLKIVERA, A. A. DE. A formação do pedagogo para além da docência - possibilidades de articulação entre a pedagogia social educação popular educação social. *X ANPED SUL*. P. 1-17. 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1789-o.pdf Acesso em 17/08/2020.

PEREIRA, P. R. A atuação do pedagogo em abrigos do município de Vitória/ES. *Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação*. Espírito Santo. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1927/1/Dissertacao%20Pamela%20Rodrigues%20Pereira.pdf>. Acesso em 17/08/2020

SANTOS, A. C. dos. Et al. A prática do pedagogo como educador social. V Colóquio de História. *Perspectivas Históricas*. p. 237- 246. 2011. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.237-246.pdf>. Acesso em 10/04/2017.

SILVA, F. G. O. da; SANTOS, V. L. F. dos. Pedagogos e a pedagogia social: quais possibilidades?. *Revista Conexão Eletrônica*, v. 10, p. 1436-1448, 2013. Disponível em: <[http://www.aems.com.br/conexao/educacaoatual/Sumario-2/downloads/2013/3/1%20\(80\).pdf](http://www.aems.com.br/conexao/educacaoatual/Sumario-2/downloads/2013/3/1%20(80).pdf)>. Acesso em 10/04/2017.